

É hora de radicalizar a greve e fortalecer a luta

Após apresentar a mesma proposta ao CNG, já recusada pela base do ANDES-SN, Ministro da Educação quer encerrar negociações e enviar Projeto de Lei ao Congresso.

Movimento grevista continua!

ELEIÇÕES PARA A DIRETORIA DA ADUR-RJ (Gestão 2005-2007)

Chapa: Autonomia e Luta

Presidente: *Lenir Lemos Furtado Aguiar (IB)*

1º Vice-Presidente: *Lenício Gonçalves (IB)*

2º Vice-Presidente: *Celia Regina Otranto (IE)*

1º Secretário: *Adivaldo Henrique da Fonseca (IV)*

2º Secretário: *Dari Cesarin Sobrinho (ICE)*

1º Tesoureiro: *Francisco de Assis da Silva (ICE)*

2º Tesoureiro: *Delson Lima Filho (IT)*

LEIA A PROPOSTA DA CHAPA AUTONOMIA E LUTA NA PÁGINA 9

Calendário:

- *Apresentação da proposta da chapa – 24/11, às 14h, no Gustavão;
- *Eleição – 28 e 29/11, das 8h às 17h, nos Institutos;
- *Apuração – 29 de novembro, às 18h30min, na ADUR-RJ;
- *Posse da Diretoria – 30 de novembro, às 14h, no Gustavão.



NESTA EDIÇÃO:

HADDAD ENCERRA NEGOCIAÇÃO E ANUNCIA QUE ENCAMINHARÁ
PROJETO DE LEI AO CONGRESSO
PÁGINA 2

A “NOVA” PROPOSTA DO GOVERNO
PÁGINAS 3 E 4

PERMANECE O IMPASSE ENTRE O
CNG/ ANDES-SN E O MEC
PÁGINA 4

MANIFESTAÇÕES DO
CNG/ANDES-SN EM BRASÍLIA
PÁGINA 6

EM ASSEMBLÉIA, FOI APROVADA A PERMANÊNCIA
NO ATUAL PLANO DE SAÚDE DA UNIMED E O REAJUSTE DE 16,51%,
RETROATIVO A MAIO DESTES ANO, PROPOSTO PELA OPERADORA
PÁGINA 10

GREVE NACIONAL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Haddad encerra negociação e anuncia que encaminhará Projeto de Lei ao Congresso

O ministro da Educação, Fernando Haddad (foto), encerrou as negociações com o movimento grevista dos docentes de Ensino Superior Federal e anunciou que encaminhará, na próxima semana, um Projeto de Lei (PL) ao Congresso Nacional com as propostas do governo para categoria. O texto está na Casa Civil, que deve concluir a revisão até o dia 17 de novembro. O anúncio foi feito no dia 16 de novembro, durante uma entrevista coletiva do ministro, no MEC. “Optamos pelo Projeto de Lei porque o consideramos mais palatável ao Congresso Nacional. O Congresso prefere receber assim e não por Medida Provisória”, disse Haddad a repórteres que a assessoria de imprensa do ministério permitiu participar da entrevista. Jornalistas da imprensa sindical foram impedidos de tomar as declarações do ministro.

No Projeto de Lei, o MEC reitera uma proposta já rejeitada em três ocasiões pelos professores durante o processo de negociação. Ela oferece a criação da classe associado, aumento da Gratificação de Estímulo à Docência (GED) para inativos de 91 para 115 pontos, reajuste do percentual da titulação em 50%, aumentos diferenciados nos pontos da GED e elaboração de um Grupo de Trabalho (GT) para discutir a reestruturação da carreira docente. O governo não contempla reivindicações prioritárias dos professores, que são a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, isonomia entre docentes dos 1º, 2º e 3º graus, recuperação do poder aquisitivo diante da perda inflacionária e fim das remunerações por critérios produtivistas.

De acordo com o vice-presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, o movimento grevista continua e, a partir de agora, vai atuar forte na Casa Civil e no Congresso na tentativa de evitar o envio do Projeto de Lei, do governo. “Nós acreditamos que a greve vai permanecer e esperamos que o governo retome as negociações antes de enviar qualquer proposta ao Congresso”, disse o dirigente.

O Ministro Haddad explicou que o PL é uma resposta aos últimos acontecimentos promovidos pelo movimento grevista. Entre eles, a moção de repúdio do Comando de Greve do ANDES-SN ao MEC por conta de perseguições e corte de pontos de professores da Universidade de Goiás lotados no Campus de Catalão. “Nos últimos dias, houve um tensionamento maior, razão pelo qual estamos encaminhando o PL. A moção de repúdio ao MEC nos imputou a ameaça inverídica de que o MEC promovia demissão em massa. Não há hipótese disso ter acontecido. Pedimos o nome do dirigente que estivesse fazendo isso, e o Sindicato Nacional não respondeu. O Sindicato semeou uma reação por parte da comunidade e isso fez com que ânimos se tornassem impróprios para negociação”. Haddad destacou ainda um apedrejamento aos carros do ministério ocorrido na última segunda-feira (14 de novembro) durante uma manifestação dos docentes em frente ao MEC.

Segundo Rizzo, o Ministro utiliza-se de fatos absolutamente secundários como pretextos para explicar o encerramento unilateral da negociação com o movimento. “Em Catalão, há uma situação tensa, com corte de salário e com professores não recebendo salário. Sobre o apedrejamento, isso não aconteceu. Conversamos com seguradoras do MEC que nos informaram que o que foi atirado em um dos carros foi um gelo, não provocando nada. Trata-se de ato isolado e o Comando de Greve não tem qualquer responsabilidade sobre o ocorrido. Um ministro sério não age assim”, rebateu o vice-presidente do ANDES-SN.

FONTE: CNG/ANDES-SN; 17/11/05.



Jornalistas expulsos de coletiva com Ministro da Educação

A transparência parece não ser o forte da equipe do ministro da Educação, Fernando Haddad. Na entrevista coletiva que o ministro concedeu à imprensa na manhã de 16 de novembro, três jornalistas foram impedidos de participar sob a alegação de que não eram profissionais da imprensa.

Os repórteres André Castro, da assessoria de imprensa da UnB, Luciana Bezerra, da assessoria de imprensa do Comando Nacional de Greve dos docentes das Instituições Federais de Ensino Superior, e Carla Lisboa, da Associação dos Docentes da Universidade de Brasília (ADUnB), foram constrangidos e humilhados, diante de vários colegas da imprensa comercial, pela coordenadora de imprensa do MEC, Vera Flores. “É uma coletiva à imprensa e por isso vocês não podem participar”, disse ela, de forma grosseira e com o tom da voz alterado.

Questionada sobre a decisão, Vera Flores disse que só estava cumprindo ordens. Os jornalistas tiveram de esperar do lado de fora os colegas da imprensa comercial saírem da entrevista para poder obter informações. (...)

“Isso é um absurdo. Só na ditadura militar vimos isso no Brasil! Estamos impedidos de apurar a matéria porque conhecemos profundamente o assunto e o ministro não quer correr o risco de ter de responder perguntas que o deixem em má situação diante da imprensa”, disse o jornalista André Costa. Ele foi expulso do Salão de Cristal, onde já estava instalado para cobrir o evento. Em seu desabafo, o repórter lembrou os tempos da ditadura, quando os generais e seus auxiliares escolhiam os jornalistas para os quais iriam conceder entrevistas.

Lamentavelmente, para frustração dos setores esclarecidos da sociedade, o cerceamento à informação tem sido uma marca do governo Lula. As constantes críticas que o presidente tem feito à imprensa sempre que surge uma denúncia contra algum integrante da administração federal reforçam essa falta de transparência.

Desde o início de seu governo, o alto escalão se nega a prestar informações à imprensa, impedindo os jornalistas de exercerem a profissão. Nos dois primeiros anos do mandato de Lula, para poder obter informações do governo, jornalistas do Distrito Federal tiveram de recorrer ao sindicato da categoria para, numa ação conjunta, garantir o direito de exercer a profissão e assegurar o direito do povo de receber as informações sobre as ações do governo.

O presidente da República só concedeu uma entrevista à imprensa na metade do mandato, depois de muita insistência e reclamação dos profissionais da imprensa comercial.

A greve continua porque o governo não negocia

A greve nacional nas Instituições Federais de Ensino, deflagrada há mais de 70 dias, alcança hoje 39 instituições. O governo federal é o único responsável por esta situação que coloca em risco o processo de formação de milhares de estudantes, demonstrando mais uma vez sua incompetência, impotência e arrogância na resolução de problemas que afetam a sociedade brasileira.

Insensível à grave situação salarial dos professores, o governo concedeu no início do ano um reajuste de 0,1%. Em 06 de junho o sindicato protocolou no MEC nossa pauta de reivindicações que não foi respondida pelo governo, levando a categoria a deflagrar a greve cerca de 90 dias após esta data. Durante o processo de negociação entre o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, que começou somente 31 dias depois de deflagrada a paralisação nas IFES, o MEC reapresentou três vezes uma proposta com as mesmas bases conceituais, ignorando a rejeição categórica das assembleias gerais realizadas em todo país.

O Comando explica que a proposta do governo não resolve nem aponta para uma solução de problemas históricos da categoria, como a perda gradativa do salário diante da inflação, a distorção salarial entre ativos, aposentados e pensionistas e a desigualdade, também salarial, entre docentes dos 1º, 2º e 3º graus. Além disto, as gratificações formam a maior parte do salário que, ao contrário do que alardeia o governo, são baixos e incompatíveis com a natureza do trabalho fazer acadêmico. Na verdade, a proposta do governo mantém a lógica de valorização de gratificações em detrimento do salário básico, ampliando distorções e dificultando ainda mais sua correção no futuro. No tratamento dispensado aos aposentados, fica evidente que o governo os considera um mero ônus orçamentário.

Por isso, o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN reafirma seus princípios de luta em defesa da universidade pública e gratuita, pela valorização do trabalho docente e pelo aumento da dotação orçamentária para as instituições federais de ensino, os quais só se concretizam por meio da valorização do salário, da remuneração igual para trabalho igual (isonomia), da equiparação dos salários entre ativos e aposentado (paridade) e da realização de concursos públicos para reposição e ampliação do quadro de professores.

O governo que gasta bilhões de reais (dólares) para manter uma política econômica e social que beneficia os interesses do capital, desconhece a cultura, o saber e o seu papel estratégico na construção do país. Os docentes continuarão na luta, a história saberá reconhecer quem efetivamente trabalha pelo país, pelo povo e por uma sociedade democrática.

Atenciosamente,
CNG/ANDES-SN

**A greve continua sendo nossa.
Em nossas mãos está a força para
resolvê-la em favor da universidade
pública, gratuita, de qualidade e
socialmente referenciada.
Firmes na luta!**

FONTE: Comunicado Especial nº12, do CNG/ANDES-SN, de 11/11/05

04/11 – Durante reunião com o CNG/ANDES-SN, MEC apresentou “nova” proposta à categoria docente

No dia 4 de novembro, o CNG/ANDES-SN e o MEC reuniram-se novamente, para dar prosseguimento às negociações de greve. Nesta reunião, compareceram os representantes do Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, do PROIFES e o deputado Wasny de Roure. O MEC esteve representado pelo Secretário Adjunto, Ronaldo Teixeira, e pelo Subsecretário de Assuntos Administrativos, Sylvio Petrus.

Inicialmente, Ronaldo Teixeira registrou que o MEC havia se comprometido, na última reunião com o CNG (26/10), em entregar uma resposta à contraproposta apresentada pelo ANDES-SN. No entanto, após aguardar uma nova proposta do Ministério da Educação, que assegurou enviá-la até o 31 de outubro, o ANDES-SN recebeu, em 3 de novembro, um ofício pelo qual o MEC informava que a nova proposta seria apresentada apenas durante a reunião do dia seguinte. Posteriormente, Ronaldo Teixeira destacou os principais itens da proposta do MEC, formalizada pelo ofício de 4 de novembro (*leia o documento, na íntegra, nesta edição*), e disse que esta é a proposta final do governo.

De acordo com os representantes do MEC, não há qualquer possibilidade orçamentária para além dos R\$ 500 milhões já oferecidos pelo governo – valor que não contempla as reivindicações docentes.

A presidente do ANDES-SN, Marina Barbosa Pinto, afirmou que a metodologia adotada pelo governo não tem sido a melhor forma de conduzir as negociações. Ela criticou o fato do governo não ter cumprido o prazo estipulado na última reunião e enfatizou que as associações de docentes se organizaram para realizar assembleias a partir do calendário estabelecido com o MEC, no dia 26/10. Marina Barbosa Pinto disse que a morosidade do governo para posicionar-se não é culpa do ANDES-SN.

De acordo com a presidente do Sindicato Nacional, os professores tinham grandes expectativas em relação à nova proposta do governo, que havia sinalizado, na última reunião com o CNG, disposição para considerar princípios importantes para o ANDES-SN, com a paridade e a isonomia. Contudo, disse que a atitude do MEC de apresentar a mesma proposta é frustrante, e que, certamente, esta será rejeitada pela categoria.

Marina Pinto enfatizou que, ao contrário do que o governo tem afirmado, a greve não está se enfraquecendo. Novas seções sindicais estão aprovando o indicativo de greve, e o movimento, conseqüentemente, está se ampliando.

O deputado Wasny de Roure disse que a posição do governo causará desconforto em parte da bancada parlamentar que está acompanhando a greve. Para Roure, ANDES-SN e o governo devem permanecer em negociação.

Ronaldo Teixeira resistiu, mas acabou acatando as críticas feitas ao MEC. De acordo com o relatório divulgado pelo ANDES-SN, o representante do Ministério da Educação disse que se soubesse que a proposta seria mantida, ele a teria entregado no dia 31 de outubro, conforme combinado. Sylvio Petrus responsabilizou-se pelo atraso no envio da proposta do MEC e afirmou não haver necessidade de nova reunião, pois a resposta do Sindicato Nacional – que será formalizada a partir do resultado das assembleias das seções sindicais – poderia ser entregue por escrito.

Os representantes do CNG indagaram se tal posicionamento poderia ser considerado como uma ruptura das negociações. Neste momento, o Secretário Adjunto ponderou a possibilidade de se agendar nova reunião entre o MEC e o CNG para o dia 10/11, às 14h.



A “NOVA” PROPOSTA DO GOVERNO

Ministério da Educação/Gabinete do Ministro
Ofício nº 598/2005/SEAD-MEC

Brasília, 04 de novembro de 2005.

Ao: ANDES-Sindicato Nacional e Pró-IFES
Assunto: Proposta MEC

Senhores Dirigentes,

1. Após a análise criteriosa das ponderações apresentadas pelos docentes, que envolveu a elaboração de cálculos e o detalhamento de aspectos legais pertinentes, e diante dos limites orçamentários já especificados de R\$500 milhões para 2006, vimos ratificar a proposta apresentada pelo MEC no Ofício nº 581 de 21 de outubro de 2005 que consiste:

a) Aumento dos atuais percentuais de titulação em 50% passando: aperfeiçoamento de 5% para 7,5%; especialização de 12,5% para 18,75%; mestrado de 25% para 37,5% e doutorado de 50% para 75%.

b) Criação da Classe de Professor Associado com quatro níveis de progressão sendo: o nível 1 com 12% de “step” em relação ao vencimento básico da classe de professor adjunto 4; o nível 2 com mais 3% de “step” em relação ao nível 1; o nível 3 com 3% de “step” em relação ao nível 2; e o nível 4 com “step” de 3% em relação ao nível 3.

c) Aumento da diferença entre o vencimento básico da classe de professor adjunto 4, para o vencimento básico do cargo de professor titular dos atuais 21% para 26%.

d) Aumento nos valores da pontuação da GED para os professores com graduação (20%), especialização (16%), aperfeiçoamento (12%), e mestrado (5%) a fim de proporcioná-los a reposição da inflação do período.

e) Ampliação da pontuação da GED para os inativos, passando esta de 91 para 115 pontos a partir de julho de 2006.

f) Criação de Grupos de Trabalho com prazos previamente estabelecidos para a discussão da carreira do magistério federal.

2. Aguardamos desde já, o posicionamento formal das entidades para que possamos dar prosseguimento a elaboração dos instrumentos legais pertinentes às propostas apresentadas.

Atenciosamente,

Jairo Jorge da Silva
Secretário Executivo

Ronaldo Teixeira da Silva
Secretário-Executivo Adjunto

10/11 – Permanece o impasse entre o CNG/ANDES-SN e o MEC

Pela terceira vez, a proposta do governo foi rejeitada pela base do ANDES-SN. Em mais uma etapa de negociação entre o MEC e o Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, em 10 de novembro, a presidente do Sindicato Nacional, Marina Barbosa, afirmou que o governo se manteve “rígido e intransigente” em relação às demandas prioritárias da categoria. “Para nós, o MEC perdeu a grande oportunidade de resolver o conflito. Ele reapresentou sua proposta pela segunda vez, as assembleias rejeitaram e apresentaram alternativas que somam um montante um pouco acima do que o ministério está apresentando. Nesse sentido, nos pareceu que o MEC está sendo mais uma vez intransigente”, disse a dirigente. Além de rejeitar a proposta do MEC, as assembleias decidiram manter a greve e reafirmar as reivindicações. “Não há sinais de esgotamento e há disposição de nossa parte para seguir a negociação”, salientou Marina.

O representante do MEC, Ronaldo Teixeira reiterou durante o encontro a proposta apresentada no último dia 4 de novembro e disse que vai defendê-la em diversas instâncias. “Nossa proposta é do MEC e do governo”. Revelou ainda que, para 2007, o governo destinará aos docentes um montante de R\$ 700 milhões.

Sobre uma das reivindicações mais discutidas entre os professores, que é a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, o secretário atribuiu mais uma vez ao Ministério do Planejamento (MPOG) a responsabilidade por não atendê-la. Teixeira destacou ainda que “nenhum governo fez nada parecido pela universidade”. “Não há nenhuma proposta semelhante”, declarou, referindo-se à atenção que o governo tem dado à universidade. Marina Barbosa argumentou que o balanço do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não deve ser feito em relação aos governos anteriores e sim em relação aos compromissos deste governo com os trabalhadores e às expectativas destes de que suas vidas melhorariam. “Comparar com FHC ou Collor é diminuir a potencialidade e responsabilidade desse governo”, ressaltou.

O PROIFES (Fórum dos Professores das Instituições Federais do Ensino Superior), grupo convidado do MEC para participar das negociações com o governo, foi alçado pelo governo à categoria de Associação Nacional dos Docentes. Integrantes do PROIFES questionaram a veracidade das informações fornecidas pelo comando, em especial sobre o número de assembleias que rejeitaram a proposta do governo. Eles chegaram a qualificar de “mentirosos” os dados do ANDES-SN, cumprindo o papel de fiéis escudeiros e defensores da proposta do MEC.

O deputado Babá (PSol-PA) respondeu aos representantes do PROIFES que deveria ser criada uma lei que não desse reajuste para quem não faz greve. “É fácil ficar na academia, dando aula e opinando sobre uma greve. Se vocês estivessem certos, já tinham convencido o Brasil inteiro”.

Babá também chamou a reunião de 10 de novembro de “Mesa de Enrolação Permanente”. E acrescentou: “Se tivesse gravado o que você, Ronaldo Teixeira, falou há três semanas, se vê que é a mesma coisa que está falando hoje”.

Do lado de fora do MEC, representantes dos CNG do ANDES-SN, do Sindicato dos Servidores Federais da Educação Básica e Profissional (SINASEFE) e da Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (FASUBRA) aguardavam o fim da reunião para realizar uma manifestação, em Brasília, como parte das atividades do Dia Nacional de Luta pela valorização do trabalho docente.

Com informações do ANDES-SN

Orçamento da União confirma o objetivo de destruir a educação pública no país

Por Roberto Leher*

Neste período atual, que alguns pretendem pós-moderno, as palavras ocultam as condições e os sentidos originais que lhes deram origem. Assim, por exemplo, reforma, uma expressão cunhada para expressar a ampliação da esfera dos direitos, passa a significar justo o seu oposto: a retirada de direitos, como atestam os 25 anos de "reformas de ajuste estrutural" que devastaram o Estado social. A "prioridade para a educação" é um exemplo concreto desse delito semântico. Todos os governos neoliberais afirmam categoricamente que o principal compromisso de seus mandatos será com a educação, mas fazem justo o seu contrário.

Lula da Silva não foge a essa triste tradição. Em seu programa de governo, "Uma Escola do Tamanho do Brasil", afirmou que derrubaria o veto de Cardoso ao Plano Nacional de Educação que prevê a alocação de 7% do PIB em educação. Como é notório, o Brasil, apesar de possuir mais de 55 milhões de estudantes nas escolas públicas, aplica tão somente 3,8% do PIB em todos os níveis da educação pública, um dos menores índices da América Latina. Instado a se pronunciar sobre a manutenção ou rejeição do veto, Lula da Silva enviou mensagem ao parlamento confirmando o veto. E o silêncio nada inocente dos aliados foi absoluto.

Examinando os grandes números do orçamento da União, é possível concluir o que parecia impossível: o governo Lula da Silva é mais antipúblico do que o de Cardoso. De fato, em valores correntes, de 2002 a 2004, o orçamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) decresceu 22%, passando de R\$ 9,2 bilhões para R\$ 7,3 bilhões (2004). A mesma tendência é verificada no ensino fundamental: em 2002, os repasses da União totalizaram irrisórios R\$ 2,4 bilhões e em 2004 tão somente R\$ 672 milhões, uma queda de 71% no período, conforme a Secretaria do Tesouro Nacional.

OMEC, reiterando o seu compromisso com a educação superior, elaborou um anteprojeto para a educação superior (a mal chamada reforma universitária) que, conforme seu discurso significaria a redenção das IFES: alocaria 75% dos 18% da receita líquida resultante dos impostos. Embalado com papel celofane, os números assumiram uma tonalidade sedutora. A aparência é de um montante estupendo para as IFES e essa foi a mensagem. Não foram poucos os reitores que comemoraram. Novamente, a realidade falou mais alto. Na ponta do lápis, 75% dos 18% constitucionais significam irrisórios R\$ 4,6 bilhões (dados extraídos do último orçamento praticado: 2004).

Ainda no anteprojeto, o MEC incluiu um artigo que retira os aposentados da folha das universidades, não especificando como estes serão pagos (a julgar pela criação da "super receita" e pelo tratamento conferido aos aposentados na atual campanha salarial, estarão fora das prioridades). Admitindo, ainda que contra os fatos, as boas intenções do MEC, teríamos algo como R\$ 2,5 bilhões de redução dos gastos do MEC e, ainda, algo como R\$ 1 bilhão de verbas extras para o custeio dos Hospitais Universitários. Assim, em um cálculo otimista, poderíamos contar com um orçamento definitivo de R\$ 8,1 bilhões, um orçamento insuficiente para a prometida expansão das IFES. Mas nem esse pouco existirá: Lula da Silva vetou os recursos suplementares para os HU's, cortando R\$ 1 bilhão no orçamento de 2006. Com isso, teremos um montante próximo ao atual nos próximos anos. Em termos práticos, isso significa: baixos salários, infra-estrutura indigente, novas unidades sem professores concursados. Daí porque, no mesmo anteprojeto (Art. 43), o MEC propõe que a expansão deve se dar por meio de "recursos próprios" das IFES (provenientes de onde?).

Se a Constituição não estivesse sendo burlada (pela criação de contribuições e pela Desvinculação das Receitas da União), o orçamento teria de ser de R\$ 35 bilhões. Por isso, o Andes-SN elaborou propostas de

projetos de lei para restabelecer o padrão de financiamento previsto pela Constituição de 1988.

Em relação à C&T o quadro é o mesmo. A previsão de receita do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológica (FNDCT) prevista no Orçamento de 2006 é de R\$ 2 bilhões, mas a área econômica somente autorizou o uso de R\$ 850 milhões. O resto é a contribuição da comunidade acadêmica para o superávit primário! Entre 2001 e 2004 foram retidos deste Fundo R\$ 2,4 bilhões pela área econômica (65% do que os fundos arrecadaram!), quebrando a continuidade de todos os programas de investigação.

Mas o Ministro da Educação diz que está tudo bem e que não entende porque os docentes estão em greve na maior parte das IFES brasileiras.

* Professor da Faculdade de Educação/UFRJ

Marchinha do Ministro Fernando Haddad

Por Francisco A. C. Pinheiro

*Seu ministro faça o favor
Seu ministro faça o favor*

*Melhore sua proposta
Que é igual a anterior
Que é igual a de anteontem
Que é igual a que passou*

*Parece que o ministro é gagueinho
Parece que o ministro é gagueinho*

*Sempre diz a mesma coisa
Demora e não desentala
Batendo na mesma tecla
Fala sempre a mesma fala*

*Parece que o ministro é burrinho
Parece que o ministro é burrinho*

*Não sabe o que é paridade
Não sabe multiplicar
Tampouco sabe o que é
um reajuste linear*

*Parece que o ministro é espertinho
Parece que o ministro é espertinho*

*Pra acabar com o movimento
Mistura salário e GED
Contando com o pró-ifes
Pra fazer o que ele pede*

*Seu ministro, não vai dar certo
É melhor o senhor ficar esperto*

Manifestações do CNG em Brasília

Os comandos de greve do ANDES-SN, FASUBRA e SINASEFE, e o Comando de Greve e Mobilização dos estudantes das IFES, com o apoio de estudantes que participavam do Fórum Nacional de Entidades de Pedagogia (Fonepe), promoveram, em frente ao MEC, na tarde de 14 de novembro, uma manifestação por ocasião da comemoração dos 75 anos do Ministério da Educação.

Os grevistas envolveram o prédio do MEC com uma faixa de tecido preto com os dizeres **LUTO na LUTA**, além de enfeitar as entradas do prédio com balões da mesma cor e afixar faixas com palavras de ordem. Os manifestantes cantaram a “marchinha do ministro”, gritaram palavras de ordem e fecharam, por alguns minutos, o eixo monumental próximo ao MEC e ao MPOG.

Neste momento, um representante do MEC trouxe a informação de que seriam recebidos pelo Ministro em audiência, para tratar do Parecer que se refere às Diretrizes Curriculares dos Cursos de Pedagogia. Ao final da audiência os alunos redigiram uma carta, na qual o senhor ministro se comprometeu em não homologar o Parecer até uma próxima reunião. Os alunos também solicitam audiências públicas, em todas as regiões do País, com representantes do MEC, para que seja feita uma discussão ampla sobre essas diretrizes.



Diante da convocação de coletiva com a imprensa pelo ministro Fernando Haddad em que falaria sobre as greves na educação, os comandos de greve do ANDES-SN, do SINASEFE e da FASUBRA concentraram-se diante do MEC com carro de som, no último dia 16 de novembro. Foram feitos pronunciamentos denunciando a intransigência do governo e em defesa da continuidade das greves. Mais uma vez as portas do MEC foram fechadas e a segurança passou a controlar o acesso ao prédio. *Poucos minutos depois da entrada dos jornalistas, fomos informados que as jornalistas do CNG e da ADUnB foram impedidas pela assessoria de imprensa do ministro de entrarem no recinto da coletiva e o jornalista da UnB, que havia entrado, foi retirado.* O fato foi denunciado no carro de som e registrado no sindicato dos jornalistas de Brasília. Após o término da coletiva, quando os jornalistas informaram que o ministro havia tratado apenas da proposta para os docentes do ensino superior, entrevistaram também o 1º Vice-Presidente do ANDES-SN, que expressou as posições do CNG. Lembrou que a proposta do governo já havia sido rejeitada pelas assembleias, que o CNG mantém sua disposição em negociar e que estará buscando isso junto a outras esferas do governo antes que qualquer Projeto de Lei seja enviado ao Congresso Nacional.

FONTE: CNG/ANDES-SN

CNG/ANDES-SN dialoga com Presidente da SBPC

Representantes do CNG/ANDES-SN reuniram-se com o presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), Enio Candotti (**foto**), em 15 de novembro. Inicialmente, o vice-presidente do ANDES-SN, Paulo Rizzo, fez uma retrospectiva de todo processo de negociação com o MEC, destacando os itens da pauta de reivindicações docentes, seu impacto orçamentário e os pontos de controvérsias com o governo. Paulo Rizzo ressaltou que o governo apresentou a mesma proposta por três vezes consecutivas – rejeitada pelas assembleias das associações de docentes do ANDES-SN.



Enio Candotti mostrou-se sensível às reivindicações docentes dizendo que é preciso acabar com a GED, já que esta gratificação só causou danos à Universidade.

O presidente da SBPC entrou em contato com o Ministro da Educação, Fernando Haddad, para tentar sensibilizá-lo a retomar as negociações com o movimento docente. De acordo com Candotti, o Ministro disse que aceitava continuar conversando com o CNG mas que qualquer alternativa deveria ficar no limite orçamentário de 500 milhões.

Na ocasião, Paulo Rizzo informou ao presidente da SBPC sobre as declarações do Ministro Haddad, em entrevista coletiva, de que as negociações estavam encerradas.

Prefeitura Municipal de Catalão e MEC suspendem os salários de docentes grevistas

De acordo com o relatório nº36 do ANDES-SN, publicado em 16/11/05, os professores da ADCAC (Associação dos Docentes do Campus de Catalão da Universidade Federal de Goiás) decidiram manter a greve, durante assembleia realizada no dia 03 de novembro. *Os professores estão com os salários suspensos pela Prefeitura Municipal de Catalão desde o dia 28/10, quando o pagamento dos demais servidores municipais foi executado, e ameaçados de desemprego pela Reitoria e pelo Ministério da Educação.*

Governo intransigente em negociar

A manutenção da política econômica, que exige altas taxas de superavit primário (economias do governo originadas principalmente dos cortes em gastos sociais), é a grande questão por trás da intransigência do governo em negociar o reajuste salarial de professores do ensino superior.

Essa é a opinião de Paulo Rizzo, vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) que, em entrevista ao Brasil de Fato, também fala de outro grande desafio para os defensores da universidade pública, gratuita e de qualidade: mudar o atual anteprojeto da reforma universitária.

Brasil de Fato - Essa é a segunda greve que o Andes participa no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Qual o balanço desse governo até agora?

Paulo Rizzo - No governo Lula, fomos surpreendidos já no primeiro ano com a reforma da Previdência, quando o presidente mandou o projeto de emenda constitucional da Previdência ao Congresso sem fazer qualquer discussão com os servidores públicos. Aquele foi o motivo da primeira greve, pois ficou claro que o governo é seletivo no temas para negociação, ou seja, alguns negocia e outros, não.

BF - E a greve deste ano?

Rizzo - O que aconteceu é que o Ministério do Planejamento chamou, em abril, a Mesa Nacional de Negociações para dizer que não haveria reajuste nenhum, apenas um reajuste formal para atender à exigência da Constituição, que seria de 0,1%. Abriram negociações separadas com cada ministério, mas a decisão de não dar reajuste maior já estava tomada. Então decidimos pela greve. Mesmo assim, o que o governo está negociando com a gente, agora, é para 2006, pois, para atingir a meta do superavit primário este ano, ele não está fazendo nenhuma concessão. Então, tudo que ele negocia este ano, é na verdade para 2006.

BF - O que representa essa postura intransigente do governo?

Rizzo - Evidencia que ele se move a partir da política econômica adotada, e que ela é o elemento central desse governo. O Ministério da Fazenda define e todos devem se submeter a essa política econômica. Isso dificulta todo o processo de negociação. A postura do MEC é dizer que eles batalham junto ao Ministério do Planejamento, mas que eles não aceitam. Agora estamos buscando outros setores do governo, pois ficou claro que o MEC não apita muito.

BF - Este ano se falou em um movimento antigrevista por parte dos professores, que estaria mais agressivo e articulado. Como é isso?

Rizzo - Ano passado, quando nossa chapa - que era situação - foi eleita, a que perdeu criou uma nova entidade, a Proifes. Eles se propõem a ser um fórum de professores, mas é uma entidade pelega, que funciona com um braço do governo no movimento de docentes. Se apoiam nas associações de professores das universidades federais de São Carlos, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Goiás, entidades que não entraram em greve. Se baseiam num sindicalismo de

resultados, então partem do que consideram possível - na verdade, aquilo que o governo quer conceder. Na nossa leitura, eles se submetem à lógica da política econômica.

BF - A greve também é importante para mostrar ao governo que professores e estudantes têm força para se mobilizar também em relação à reforma universitária?

Rizzo - Com certeza, pois o que está acontecendo é o enfrentamento entre duas lógicas. Nas propostas salariais, há duas lógicas que de certa forma expressam o embate que se dá na reforma universitária. Nesse projeto, eles comprometem a autonomia da universidade. Tudo na universidade deve ser aprovado pelo ministro da Educação, desde o estatuto da universidade, até o modelo em que as universidades devem buscar recursos próprios, inclusive para remunerar seus professores.

Ao nosso entender, a autonomia da universidade depende do seu financiamento pleno. Quando a universidade passa a depender de empresas privadas ela perde autonomia.

BF - Quais são outras evidências dessa interferência do setor privado nas universidades públicas?

Rizzo - Há muitas contradições dentro das universidades. Por exemplo, na UFSC, há um curso de especialização, no Direito, feito por uma fundação. O curso é pago, tem biblioteca, todas as instalações e os alunos regulares não podem ter acesso àquilo. É uma ilha dentro da própria universidade. Esse é o processo de privatização interna dentro das universidades, onde indivíduos e grupos passam a ser proprietários de laboratórios, do conhecimento, e têm ali uma fonte de lucro.

BF - Essa mobilização mostra também, ao governo, uma resistência à reforma universitária?

Rizzo - A greve demonstra que dentro das universidades há um movimento de resistência muito grande a qualquer medida privatizante. Temos feitas assembleias em todos os lugares e a participação tem sido grande. Assim, vemos que temos condições melhores de enfrentamento na questão da reforma. O que nós trabalhamos nessa questão, mais do que dizer não ao anteprojeto, é fazer contrapropostas.

BF - Na área do financiamento, como são as propostas?

Rizzo - Queremos atacar no sistema legal tudo o que foi mudado nos anos 1990 e que reduzem o financiamento da universidade pública. No projeto do governo se diz que dos 18% da receita líquida de impostos destinados à educação, 75% ficam para o ensino superior. Só que esses 18% são menos dinheiro do que era em 1988. De lá para cá, inventaram as chamadas contribuições, sobre as quais não incidem verbas para a educação. Se as receitas de impostos em 1988 eram quase 50% da receita da União, hoje são menos de 30%. Depois, criaram a Desvinculação de Receitas da União (DRU), em que podem tirar até 20% do orçamento anual da educação. Então, buscamos mostrar que é possível modificar a legislação para ter garantias de que o governo não possa cada vez tirar mais.

****Paulo Marcos Borges Rizzo é professor da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal de Santa Catarina e vice-presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) desde junho de 2004.**

FONTE: BRASIL DE FATO, edição N° 141
10 a 16 de novembro de 2005

Calendário do ANDES-SN

23/11/2005

Reunião do GTSS/A do ANDES-SN

Local: Sede do ANDES-SN

03 e 04/12/2005

Reunião do GT-Fundações do ANDES-SN

Local: Sede do ANDES-SN

17 e 18/12/2005

4º Seminário Nacional de Política Agrária do ANDES-SN

Local: Campus Santa Mônica da Universidade Federal de Uberlândia (MG)



PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DOCENTES Proposta do Movimento Docente ao MEC:

1. Equiparação da GED e da GEAD pelos valores máximos por titulação, criando uma gratificação fixa, com paridade entre pessoal da ativa, aposentados e pensionistas, e partir de janeiro de 2006.
2. Reajuste de 18% no vencimento básico, retroativo a maio de 2005.
3. Criação das classes Especial e Associado, a partir de janeiro de 2006, com recursos destinados à reestruturação de carreira.
4. Abertura de concursos públicos que preencham as vagas existentes e assegurem o processo de fortalecimento e expansão da IFES, com cronograma para o seu pleno cumprimento a partir de novembro de 2005, com recursos orçamentários que não interfiram nos montantes destinados ao atendimento das demais medidas, ora em negociação.
5. Criação de Grupo de Trabalho com a participação dos dois sindicatos representativos dos professores, ANDES-SN e SINASEFE, com instalação em novembro de 2005 e com prazo para conclusão dos trabalhos em maio de 2006.

Quadro de Greve nas IFES:

Em Greve: ADUR-RJ, ADUFAC (Acre), ADUFMAT-ROO (Rondonópolis), ADUFPA (Pará), ASPUV (Viçosa), ADUFLA (Lavras), APRUMA (Maranhão), SESDUFT (Tocantins), ADUFMAT (Mato Grosso), SINDCEFET (MG), ADUFF (Niterói), APUFSC (Santa Catarina), ADUA (Amazonas), SESDUF (Roraima), ADOURADOS (MT-Campus Dourados), ADUFPI (Piauí), SEDUFSM (Santa Maria), ADUFFel (Pelotas), ADUnB (Brasília), ADUFU (Uberlândia), ADUFOP (Ouro Preto), APES (Juiz de Fora), SINDCEFET (Goiás), ADUFEPE (Pernambuco), ADCEFET-RJ, ADUFPB, ADUFAL, SINDOCEFET (Ouro Preto), ADCAC (Campus Catalão-UFG), SINDUFAP (Amapá), SINDEFOA (Alfenas), ADUNIFESP, ADFCAP (Ciências Agrárias-Pará), ADUC (Cajazeiras), ADUFS (Sergipe), ADUNIR (Rondônia), ADUFCG (Campina Grande), ADUFCG (Campus de Patos). [38 AD's]

Indicativo de Greve com data: APROFURG, APUFPR, APUBH (Belo Horizonte). [3 AD's]

Indicativo de Greve sem data: ADUNI-RIO, ADUFRJ, ADUNIFEI (Itajubá), ADURN (Rio Grande do Norte), SINDFAFEID, ADUFRGS, APUFPR [7 AD's]

Retirada do indicativo de Greve: APROFURG (Rio Grande), APUB (Bahia), ADUFG (Goiás), ADFUNREI (São João Del Rei) [4 AD's]

Sem Informação: ADUFES (empate com relação ao indicativo de greve), APUBH, SINDOCEFET-PI, ADAFA (Força Aérea), ASDESAM, ADCAJ (Jataí), ADFMTM (Triângulo Mineiro), ADUFMS [8 AD's]

Saída de Greve: ADUFSCar, ADUFC (Ceará).

Retirada do Indicativo de Greve: ADFUNREI, APUB (UFBA e CEFET-BA), ADFUNREI, ADUFG [4 AD's]

Contra a Greve: ADUFERPE (Rural de Pernambuco)

** Quadro de greve atualizado em 21/11/05, a partir das informações do Comando Nacional de Greve (CNG) do ANDES-SN.

PROPOSTA DA CHAPA CONCORRENTE À DIRETORIA DA ADUR-RJ:

ADUR: Autonomia e Luta

Programa para a gestão 2005-2007

A chapa **ADUR: Autonomia e Luta** vem concorrer à Diretoria da ADUR-RJ S. Sind., para o biênio 2005/2007, reafirmando os pressupostos históricos de combate político do Movimento Docente em nossa Universidade e do Sindicato Nacional (ANDES-SN). Com ponderação e acreditando em nossos sonhos, reafirmamos as bandeiras construídas ao longo de tantas lutas e alegrias nestes últimos 25 anos de ADUR-RJ.

Logo, nossa chapa, **ADUR: Autonomia e Luta**, assegura as propostas que foram construídas com a participação dos filiados da ADUR-RJ, em defesa de um ensino público, gratuito, laico e de qualidade, assim como por melhores condições de trabalho de nossa categoria. Na defesa destes princípios, acreditamos na importância de se participar ativamente dos Congressos e Conselhos do ANDES-SN, assim como, tomar parte de outros compromissos nacionais. Do mesmo modo, avaliamos a necessidade de participação nos Órgãos Colegiados Superiores, **visando manter a interlocução com a Administração Central da UFRRJ, por meio de uma ação sindical autônoma em relação aos marcos institucionais desta Universidade. Acreditamos também no diálogo entre os três segmentos da UFRRJ – ADUR, SINTUR e DCE – como condição para melhores resultados de nossa luta política.**

Além de reconhecer o seu compromisso com as questões políticas, a chapa **ADUR: Autonomia e Luta** reafirma o desejo de intensificar a atuação das lutas jurídicas e dos convênios em andamento, garantindo a manutenção dos direitos docentes. A chapa **ADUR: Autonomia e Luta** também se propõe a aprimorar a estrutura física da sede e a estimular a participação dos associados em atividades sociais e culturais na ADUR-RJ. Esperamos que o associado sinta-se à vontade na sede de nossa Associação Docente, sendo esta um espaço de lutas, mas também de vivência e troca de experiências.

A ADUR-RJ E O TRABALHO DOCENTE NA UFRRJ:

A concepção sindical do ANDES-SN – representante legítimo da categoria docente no cenário nacional – é marcada fortemente pelo seu caráter **autônomo e democrático**. Autonomia em relação aos partidos políticos, religiões ou órgãos governamentais de qualquer natureza, incluindo as administrações universitárias. Democrático pela sua organização interna, e seus mecanismos de deliberação, pela sua ação e respeito às deliberações de sua base, ou seja, de todo o conjunto de seus filiados.

A chapa **ADUR: Autonomia e Luta** reafirma estes princípios, que irão nortear a sua atuação política nos próximos dois anos, por meio da ampla e contínua participação no Conselho de Representantes (docentes eleitos por Institutos) e na Assembléia Geral. Além disto, pretende também dar continuidade e reforçar o funcionamento dos Grupos de Trabalho existentes em nossa entidade. Estes grupos têm um importante papel no estudo e aprofundamento de políticas e encaminhamentos, dando mais segurança às nossas deliberações.

Nosso sindicato, além de nascer com a preocupação das questões trabalhistas e da nossa força de trabalho, também defende, com veemência, o funcionamento das instituições públicas.

Nos últimos 20 anos, uma Proposta para a Universidade Brasileira (Caderno 2) foi discutida e construída nos Congressos do ANDES-SN. A base do Sindicato Nacional, do qual a ADUR-RJ faz parte, advoga pela manutenção e ampliação do ensino público e gratuito, autonomia e funcionamento democrático com base em colegiados e cargos de direção eletivas, estabelecimento de um padrão de qualidade para o ensino superior, dotação de recursos públicos orçamentários suficientes, criação de condições para a adequação da Universidade à realidade brasileira e garantia do direito à liberdade de pensamento nas contratações e nomeações, bem como no exercício das funções e atividades acadêmicas.

O GOVERNO É NOVO, MAS AS POLITICAS SÃO VELHAS CONHECIDAS – A LUTA CONTINUA

A situação mundial contemporânea caracteriza-se pela investida do imperialismo e do FMI (Fundo Monetário Internacional) em destruir direitos conquistados historicamente pelos trabalhadores brasileiros. Em nada estes ataques se diferem das políticas adotadas em outros países, nos quais as responsabilidades do Estado com saúde e educação, por exemplo, estão cada vez mais relegadas ao segundo

plano. A escalada dessa política agressiva do capital estabelece, hoje, o campo de embates das lutas dos trabalhadores de todo o mundo.

Esta agressão traduz a crise do próprio capitalismo que, levada ao extremo da exploração sem limites, tenta superar as contradições criadas por ele mesmo, gerando sucessivos mecanismos de controle estrutural, de flexibilização e de desregulamentação de direitos para a dominação direta com o mínimo de mediação do Estado para a garantia dos direitos trabalhistas, permitindo, dessa forma, assegurar e aprofundar a hegemonia do capital internacional.

As potências mundiais não hesitam em lançar mão de ações que ignoram leis e organismos internacionais, estabelecendo roteiros de reorganização da ordem, que apresentam como inovações para justificarem as suas intervenções militares e/ou econômicas em todos os continentes. No Americano, a proposta de criação da ALCA, o estabelecimento do NAFTA e as instalações de bases militares americanas buscam impor o controle e a dominação dos Estados Unidos a todos os países das Américas. O tom dessa política, no Brasil, vem sendo dado por meio das ações de governos servis à lógica da Globalização.

É evidente a influência do neoliberalismo na política brasileira. O Governo Lula se revelou igual a todos os seus antecessores, principalmente durante os últimos escândalos políticos. O passado de esquerda, que outrora poderia deixar os investidores intranquilos, foi relegado pelo atual presidente e sua equipe econômica. Mais do que qualquer outro governo, Lula demonstrou, na prática, a sua crença no mercado.

Embora o Acordo de 2002 exigisse um superávit primário de 3,75% do Produto Interno Bruto (PIB), Lula o ampliou para 4,25%, cortando, adicionalmente, R\$ 15 bilhões no Orçamento Federal de 2003. Tal expansão do superávit piorou, em tempo recorde, as políticas sociais do Estado, apesar das propagandas triunfalistas do governo na mídia, procurando direcionar o senso comum contra a classe trabalhadora. Seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso, no auge dos ataques especulativos no período eleitoral, elevou a taxa de juros a 24,5%. Lula o superou: em seu governo, a taxa de juros chegou a 26,55%. O presidente FHC manteve o Banco Central (BC) atrelado ao setor financeiro, mas o governo Lula foi ainda mais longe, afirmando que elevaria a autonomia do BC a preceito constitucional.

Durante a gestão do presidente Lula, as reformas da Previdência, Tributária, Trabalhista, Sindical e a Universitária, assim como a Área do Livre Comércio das Américas (ALCA), transformaram-se em símbolos do compromisso do governo com o mercado. Por isso, essas mesmas reformas têm sido encaminhas às custas de alianças com os oligarquias, promovendo nomeações fisiológicas e liberação de verbas para “convencimento” de parlamentares. O mais grave: o governo vem lançando uma inaudita onda repressiva contra os movimentos sociais, atingindo até mesmo parlamentares. De fato, o aparato policial-militar tem sido sistematicamente chamado para constranger as manifestações sociais, inclusive, no interior do Parlamento.

Na prática, a estagnação econômica e a financeirização impulsionada pelos fundos de pensão direcionaram a economia para a especulação via *commodities* (para obter divisas para o pagamento das obrigações externas), em detrimento do setor produtivo, fazendo o desemprego chegar a patamares semelhantes aos da crise da dívida de 1982, agravando, conseqüentemente, a crise social. Amplia-se, assim, o protagonismo de lutas sociais como as do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), bem como as de metalúrgicos do setor automobilístico e, mais recentemente, de bancários e petroleiros. As greves dos trabalhadores do serviço público estiveram inscritas nesse escopo de enfrentamento às políticas neoliberais, tendo um importante papel educativo para os trabalhadores do país, visto que incidem sobre questões cruciais como o futuro do serviço público e dos direitos fundamentais da cidadania.

Considerando as conjunturas política, social e econômica dos últimos tempos, a chapa **ADUR: Autonomia e Luta** entende que cabe aos sindicatos e aos demais movimentos sociais organizados perseverarem resistindo e lutando contra os ataques aos direitos conquistados pelos trabalhadores ao longo dos anos.

Devemos continuar a defender um país mais justo, lutando pelo fim da vergonhosa exclusão social que vemos em nosso cotidiano. Para isso, é necessário priorizar a mobilização do Movimento Docente contra as políticas neoliberais, que visam o desmonte dos serviços públicos e o não cumprimento de direitos constitucionais, como saúde e educação, gratuitos e para todos.

Por isso, a chapa **ADUR: Autonomia e Luta** se compromete manter-se firme na luta por melhores condições de trabalho e por um ensino público, gratuito, de qualidade, laico, crítico e libertador.

Assembléia Geral Ordinária da ADUR-RJ

No dia 10 de novembro, aconteceu a Assembléia Geral Ordinária da ADUR-RJ, que discutiu os seguintes pontos de pauta: 1) Edital de Convocação para a Diretoria da ADUR-RJ; 2) Relatório de Gestão da Diretoria; 3) Relatório do Conselho de Representantes; 4) Greve; 5) Outros Assuntos. A assembléia foi presidida pelo Prof. L. Mauro S. Magalhães e secretariada pelo Profa. Maria Teresa Carneiro da Cunha.

Inicialmente, a mesa submeteu o edital de Convocação das Eleições para a Diretoria da ADUR-RJ (o calendário está publicado na capa desta edição), o Relatório da Gestão da Diretoria e o Relatório do Conselho de Representantes à apreciação da plenária. Os três primeiros pontos de pauta foram aprovados pelos presentes. A mesa explicou que a Diretoria da ADUR-RJ convocará uma Assembléia Extraordinária, em breve, para apresentar uma previsão orçamentária para o próximo ano, o que também foi aprovado pela plenária.

Posteriormente, a Profa. Luciana Amorim Nóbrega (DLCS) prestou alguns informes acerca das atividades do Comando Nacional de Greve, no período em que esteve em Brasília, como representante da ADUR-RJ.

Ela relatou que o fato do MEC ter apresentado a mesma proposta ao CNG/ANDES-SN, na reunião do dia 4/11, foi frustrante. Representantes do Ministério da Educação disseram que não têm mais condições de propôr algo além dos R\$ 500 milhões, pois é o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) que cuida do dinheiro.

De acordo com a Profa. Luciana Nóbrega, o CNG/ANDES-SN encaminhou correspondência aos Ministros Paulo Bernardo (MPOG) e Jacques Wagner (Relações Interinstitucionais), solicitando audiência do CNG/ANDES-SN com o MPOG, afim de evitar que o governo tente impor a sua proposta de reajuste salarial para a categoria.

A Profa. Luciana Nóbrega relatou que o CNG tem recebido cartas de algumas mães, que se manifestaram favoravelmente à greve e às reivindicações dos profissionais da educação em defesa de melhores condições salariais e de trabalho nas instituições públicas.

O Prof. Luis Mauro Magalhães informou que a representante da ADUR-RJ no CNG/ANDES-SN, no período de 9 a 14 de novembro, é a Profa. Rosane Ferreira de Oliveira. Por contato telefônico, ela informou que o CNG/ANDES-SN se reuniria com o MEC na manhã do dia 10 de novembro. Segundo a mesma professora, um grupo de parlamentares estava tentando pressionar o governo para que este estabelecesse negociações efetivas com o CNG/ANDES-SN.

Foi feita a proposta de votação da permanência na greve, o que foi conestado devido ao fato de que não havia qualquer fato novo, com relação a negociação e por esta assembléia ter sido convocada principalmente para dar conta das eleições para a diretoria. Em votação a maioria decidiu votar a questão da greve na próxima reunião da Assembléia Geral Permanente da ADUR-RJ.

Em assembléia dos associados da ADUR-RJ foi aprovada a permanência no atual plano de saúde e o reajuste de 16,51%, retroativo a maio deste ano, proposto pela operadora

Em assembléia dos associados da ADUR-RJ, realizada no último dia 7 de novembro, **foi aprovada a permanência no atual plano de saúde, o que acarreta o reajuste de 16,51%, retroativo à maio deste ano, conforme proposto pela Unimed Costa Verde.**

Conforme já havia sido informado, em reunião com os filiados da ADUR-RJ, em 25 de outubro passado, a Comissão de Saúde da ADUR – constituída pelos *Everaldo Zonta, Irlete Braga da Trindade, Marcelo Moffati, Maria Teresa Carneiro da Cunha, Rosane Ferreira de Oliveira e Sansão Davi Luis Raimundo* – esclareceu sobre as negociações com a Unimed, com relação ao reajuste do plano para o ano de 2005. Informou que conseguiu reverter o reajuste de 16,51%, proposto pela operadora, para 11,12%, mas que este índice estava condicionado pela Unimed a algumas circunstâncias. Entre elas, aceitar que o reajuste em 2006 fosse analisado pelo cálculo da sinistralidade dos dois últimos anos, e aceitar um aumento diferenciado nos valores do plano opcional 4 (hospitais de tabela própria).

Depois de ampla discussão, os professores votaram nas duas propostas: a) manter o plano como está e aceitar o reajuste de 16,51% retroativo a maio de 2005; b) manter o reajuste de 11,12% e discutir os condicionantes apresentados pela Unimed Costa Verde.

Após a aprovação da primeira proposta, a Comissão de Saúde respondeu alguns dos pontos apresentados pelos associados na reunião anterior.

Esclareceu que algumas propostas como a discussão sobre o repasse de 3% da Unimed para a ADUR-RJ, referente à taxa de manutenção; a criação de um fundo para custeio de próteses; a elaboração de uma cartilha de esclarecimentos para otimizar o uso do plano de saúde; a discussão sobre a possibilidade de se implementar um plano nacional dos docentes, através do ANDES-SN foram debatidas em reunião de Diretoria, que decidiu encaminhar tais questões aos sócios da entidade em nova Assembléia.

Os presentes também foram informados de que a Comissão de Saúde entrou em contato com a Unimed Costa Verde para solicitar o envio de extratos individuais para os conveniados ao plano, assim como esclarecimentos acerca do mau atendimento de outras filiais da Unimed aos clientes da operadora de Costa Verde. Qualquer reclamação de maus-tratos deverá ser apresentada a ADUR-RJ por escrito.

A Comissão informou que representantes da Unimed Costa Verde compareceriam à Universidade, no dia 22 de novembro de 2005 (terça-feira), para esclarecer dúvidas sobre o plano com co-participação e a migração para o plano regulamentado. **Contudo, no dia 17 de novembro, a Comissão de Saúde da ADUR foi informada do adiamento desta reunião, por um ofício do Gerente Comercial da Unimed Costa Verde. Nova data será agendada, assim que possível.**

O assessor jurídico da ADUR-RJ, que participou da assembléia do dia 7/11, foi questionado quanto à regulamentação do plano de saúde, já que o plano atual não é regulamentado pela Agência Nacional de Saúde (ANS). Ele esclareceu que não há, legalmente, prazo para que o plano seja regulamentado. Dr. Marcelo Chaltreó tranquilizou os professores, afirmando que a categoria tem um plano de ampla cobertura e que está protegida pelo Código de Defesa do Consumidor.

A Profa. Maria Teresa C. da Cunha, membro da Comissão de Saúde e diretora da ADUR, esclareceu aos presentes que, até o momento, a ADUR-RJ ainda não obteve nenhuma resposta sobre os ofícios encaminhados à Reitoria passada e à atual administração da Universidade, acerca do decreto que dispõe sobre a assistência à saúde do servidor.

Assembléias Gerais Permanentes da ADUR-RJ

AG 31/10

Em 31 de outubro, os professores estiveram reunidos para mais uma Assembléia Geral Permanente da ADUR-RJ, cuja pauta era avaliação da greve. A reunião foi presidida pela Profa. Rosane Ferreira de Oliveira e secretariada pela Profa. Maria Teresa Carneiro da Cunha.

Primeiramente, a Assembléia tratou dos informes gerais, lendo o resumo das principais atividades do CNG/ANDES-SN e a avaliação do Comando Nacional de Greve sobre o movimento. Até aquele dia, não havia nenhum encaminhamento do CNG/ANDES-SN para as bases, tendo em vista que eles se reuniriam com o MEC no dia 31 de outubro, à tarde.

Assim sendo, os professores passaram à avaliação dos informes e do movimento de greve. Alertaram para a importância de se perceber a diferença de impacto orçamentário, acerca da reivindicação docente, calculada pelo MEC e pelo ANDES-SN. A metodologia adotada pelo Ministério da Educação faz o impacto parecer maior do que a realidade. Os professores também salientaram que o CNG/ANDES-SN tem ocupado os espaços possíveis, buscando sensibilizar Parlamentares e demais Sindicatos para a causa docente.

Os presentes também aprovaram uma Moção de Apoio aos docentes, estudantes e técnico-administrativos da Universidade Federal Fluminense, que foram agredidos por policiais, durante manifestação no Campus da UFF.

Durante a assembléia, houve a proposta de se encaminhar ao CNG/ANDES-SN um posicionamento mais efetivo acerca da participação do PROIFES na mesa de negociação com o governo. Alguns professores, inclusive, propuseram que o CNG/ANDES-SN se recusasse a participar de qualquer reunião que contasse com a presença de representantes do PROIFES.

Contudo, não se chegou um consenso acerca dessa proposta, e os professores concluíram que ela deveria ser novamente debatida em uma nova assembléia da categoria.

Os docentes aprovaram a participação da Profa. Luciana Amorim (DLCS) como representante da ADUR-RJ no Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, no período de 1º a 8 de novembro. Nova assembléia foi marcada para o dia 3 de novembro, às 13h, no Gustavo.



AG 03/11

Em 3 de novembro, durante a Assembléia Geral Permanente da ADUR-RJ – presidida pelo Prof. Canrobert Costa Neto e secretariada pela Profa. Maria Teresa Carneiro da Cunha – os professores fizeram nova avaliação do movimento de greve.

O Prof. Canrobert Costa Neto esteve em Brasília, como representante da ADUR-RJ, no Comando Nacional de Greve do ANDES-SN, no período de 28 de outubro a 1º de novembro. Iniciou a reunião prestando esclarecimentos acerca das atividades do CNG/ANDES-SN neste período.

Os presentes foram informados de que o PROIFES tem criticado os cálculos do ANDES-SN sobre os impactos orçamentários que se referem às reivindicações da classe docente, para tentar desmoralizar o Sindicato Nacional. Os professores, então, novamente questionaram a legitimidade do PROIFES na Mesa de Negociação com o governo e avaliaram que o CNG/ANDES-SN não deve perder tempo tentando respondê-los. O Comando Nacional de Greve deve concentrar sua energia, exclusivamente, nas negociações com o governo, sobretudo porque o PROIFES é um grupo criado com o apoio do MEC, justamente com o intuito de tentar dividir a categoria docente.

Neste momento, os docentes foram informados de que o PROIFES tem enviado correspondências para os professores adjuntos, dizendo que eles não receberão aumento de 25% porque o ANDES-SN não quer. Vale ressaltar que, conforme publicado na edição número 78 do *ADUR Informa*, os 25% referem-se à proposta de reajuste do governo sobre o percentual de titulação para doutorado e não contemplam o salário de todos os docentes.

De acordo com o que noticiamos nas edições anteriores do *ADUR Informa*, o governo ofereceu, no último dia 14 de outubro, o aumento total de 50% nas titulações: de 5% para 7,5% a professores com aperfeiçoamento, de 12,5% para 18,75% com especialização, 25% para 37,5% com mestrado e de 50% para 75% para professores que possuem doutorado. Tal proposta foi recusada pela base do ANDES-SN porque aprofunda as distorções salariais entre os professores do ensino médio, fundamental e do magistério superior e não considera os princípios de isonomia e paridade – pilares fundamentais para o movimento docente.

Posteriormente, o Prof. Frederico José Falcão, diretor da ADUR, submeteu à Assembléia a proposta de realizar uma atividade de greve (um curso sobre a história do século XX) para a comunidade, no Gustavo. A proposta foi aprovada por unanimidade.

A assembléia também aprovou a proposta do Prof. Frederico Falcão, de participar da Assembléia Docente dos professores da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que também ocorreu no dia 3/11. Os docentes da UFRJ aprovaram o indicativo de greve sem data.

A Profa. Célia Regina Otranto lembrou aos presentes que a Reforma Universitária entrará em pauta no Congresso, provavelmente ainda em novembro, e que a questão do financiamento das Universidades ainda é problemático, pois o pouco destinado ao ensino público já tem sido questionado pela equipe econômica do governo. De acordo com o Prof. Frederico Falcão, conforme também tem sido publicado na página eletrônica do MEC (www.mec.gov.br), o governo Lula deseja aprovar a Reforma Universitária até o final do seu mandato.

AG 08/11

Nova assembleia da ADUR realizou-se no dia 8/11. A mesa foi presidida pelo Prof. Luis Mauro S. Magalhães e secretariada pela Profa. Maria Teresa Carneiro da Cunha. Os pontos "Greve" e "Outros Assuntos" estavam em pauta.

A mesa prestou alguns informes acerca da greve para os professores. Um deles contemplou a reunião entre os três Comandos de Greve da Universidade – da ADUR, do SINTUR e do DCE. O Prof. Frederico José Falcão foi o representante da ADUR, nesta reunião, que ocorreu no último dia 3/11, e que apontou para a AG dos professores a necessidade de se discutir a paralisação do vestibular.

Primeiramente, a ADUR distribuiu uma síntese das atividades do Comando Nacional de Greve, produzida a partir do Comunicado do CNG/ANDES-SN nº 33, de 05/11/05. Pelo documento, os professores puderam avaliar a proposta do MEC, entregue no último dia 4/11.

De acordo com os presentes, o MEC apresentou a mesma proposta ao CNG/ANDES-SN, e esta, novamente, foi refutada pela assembleia da ADUR, unanimemente.

Os presentes aprovaram, com um voto contrário, a permanência da greve dos professores da UFRRJ.

Os professores também aprovaram o encaminhamento do CNG/ANDES-SN, que propunha 10 de novembro como o Dia Nacional de Luta.

Os presentes deliberam a favor da participação da Profa. Rosane Ferreira de Oliveira como representante da ADUR-RJ no CNG/ANDES-SN, no período de 9/11 a 14/11.

Quanto ao vestibular, a Diretoria da ADUR-RJ, encaminhou uma proposta, que foi aprovada pelos presentes: enviar ao CNG/ANDES-SN a sugestão de se remeter para todas as AG's, para a deliberação nacional, a possibilidade de paralisar, coletivamente, o vestibular.

O último assunto tratado foi o procedimento, sugerido pelo assessor jurídico da ADUR-RJ, para os professores que têm direito à insalubridade. Esta ação, que já obteve ganho de causa, foi movida por pequenos grupos de professores, que precisarão da presença do advogado para sacar o dinheiro. De acordo com o aprovado nesta assembleia, no mesmo dia em que forem retirar a quantia no banco, os docentes devem, no ato, repassar o percentual de 8% para o assessor jurídico. Deste percentual, a ADUR-RJ receberá 1,5% – conforme já discutido e aprovado em Assembleia da categoria.



AG 17/11

Em 17 de novembro, os professores estiveram reunidos para nova Assembleia da ADUR. A mesa foi presidida pela Profa. Rosane Ferreira de Oliveira e secretariada pela Profa. Maria Teresa Carneiro da Cunha.

Inicialmente, o Prof. Luis Mauro S. Magalhães, que também auxiliou na condução dos trabalhos, prestou alguns informes sobre o Comando Local de Greve (CLG). Disse que os representantes do CLG da ADUR, do SINTUR e do DCE reuniram-se com a administração da Universidade para discutir o vestibular. Informou que a administração e a comissão do vestibular defendem a não paralisação

das atividades. Os CLG's das entidades também prepararam uma nota conjunta acerca da greve para ser distribuída na Universidade.

Posteriormente, a Profa. Rosane Oliveira, que esteve no CNG, em Brasília, relatou alguns fatos importantes ocorridos na ocasião. Segundo a professora, o trabalho do CNG é muito intenso e revigorante, tendo conquistado o apoio de muitos parlamentares, que pressionam o governo para a causa docente. Atualmente, esse grupo de deputados é reconhecido pelos militantes como Frente Parlamentar de Intermediação. De acordo com a docente, o destaque tem sido para o deputado Babá, que tem defendido as reivindicações docentes e criticado, com veemência, a postura do Ministério da Educação.

A Profa. Rosane Oliveira também relatou várias atitudes desrespeitosas da parte do MEC, como desmarcar o horário da reunião do dia 10 de novembro e não informar ao CNG. Ela disse que encaminhou ao CNG a decisão da AG da ADUR de 8/11, sobre a paralisação nacional dos vestibulares, a ser deliberado pela base do ANDES-SN.

Depois dos informes nacionais, os presentes puderam avaliar a atual conjuntura da greve, posicionando-se favoravelmente ou não à sua manutenção. Os presentes puderam avaliar também, no dia 17, a declaração do Ministro da Educação de que as negociações estavam encerradas. Após inúmeras considerações, os professores concluíram que este é o momento de reforçar a luta, e a maioria deliberou pela permanência da ADUR-RJ em greve, reavaliando o movimento a cada assembleia.

O Prof. Frederico Falcão agradeceu aos colegas o fato de ter recebido aprovação da Assembleia anterior para realizar uma atividade de greve, para a comunidade, no Gustavão. Segundo o docente, a atividade foi apreciada por muitos alunos que realizariam vestibular nas próximas semanas.

Quanto ao vestibular, os docentes avaliaram que esta discussão deve contemplar um grupo maior de professores, já que é de extrema importância e interesse da comunidade. Todas as variáveis, favoráveis ou não à paralisação do vestibular, devem ser colocadas para discussão da categoria em um assembleia posterior. Contudo, muitos entendem que seria interessante denunciar para a sociedade o abandono e o descaso do governo com a Universidade pública.

Atendendo a um encaminhamento do CNG/ANDES-SN, os professores debateram sobre a possibilidade de apoiar, financeiramente, a ida de docentes à Brasília, juntamente com a ADUFF, para participar de manifestações nos dias 22 e 23 de novembro.

Os presentes acataram a proposta de se abrir inscrições, na ADUR, para professores que desejassem participar das manifestações em Brasília. Se houvesse adesão da categoria, a entidade poderia financiar um ônibus para a capital, e aceitar, inclusive, a possibilidade de se enviar alunos. Contudo, se não houve interesse dos professores, a ADUR-RJ não financiaria a ida para a manifestação em Brasília, nesta ocasião.

EXPEDIENTE ADUR INFORMA – PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UFRRJ

ENDEREÇO: RODOVIA BR 465, KM 7 – CAMPUS DA UFRRJ – SEROPÉDICA, R.J.
CAIXA POSTAL: 74.537 – CEP: 23.851-970.
TELEFAX: (21)2682-1379 ou (21)2682-1005. E-MAIL: ADURRJ@ADUR-RJ.ORG.BR

CONSELHO EDITORIAL: CANROBERT PENN LOPES COSTA NETO, CÉLIA REGINA OTRANTO,
FREDERICO JOSÉ FALCÃO, IRLETE BRAGA DA TRINDADE, LUIS MAURO SAMPAIO MAGALHÃES,
MARIA TERESA CARNERIO DA CUNHA E ROSANE FERREIRA DE OLIVEIRA.

REDAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO: ALINE PEREIRA (REG. PROFISSIONAL 25163 M/TB)
FOTOLITO E IMPRESSÃO: TIPOLOGICA COMUNICAÇÃO INTEGRADA
TIRAGEM: MIL EXEMPLARES

